

## **A Topologia Fálica na Dialética Edípica e a Metáfora Paterna:**

**Apontamentos – 1992**

**Taciana de Melo Mafra**

A afirmação lacaniana de que o inconsciente se estrutura como linguagem tem seu princípio fundante na articulação da metáfora paterna.

Este princípio refere-se tanto a um marco, quanto se conforma como o elemento predominante na constituição de um corpo teórico que operacionaliza o circuito fálico na dialética edípica, tal como Lacan a concebe em sua releitura de Freud.

Neste sentido incorremos imperiosamente pelos meandros do que vem a ser o falo, dentro do construto dos teoremas propostos por Lacan, a partir dos pressupostos freudianos.

Foi preciso que Lacan concorresse com elementos que permitem uma articulação demonstrável cientificamente, para que o falo escapasse de incidentes e insidiosas concepções que nada mais são do que imprecisões e deformações da construção freudiana.

Percorramos um pouco desde onde têm partida estas distorções.

O objeto fálico é o eixo da temática da castração na obra de Freud, no entanto, já entre seus primeiros discípulos, o mal-entendido na apreensão desse conceito fica estabelecido.

Ernest Jones atesta esta particularidade numa passagem de sua produção, na qual se pretende original elaborando um conceito que irá chamar de "afânise".

Afânise, segundo Jones, consiste num temor mais fundamental do que o temor da castração. A palavra, vinda do grego, significa fazer desaparecer e foi introduzida por ele durante suas pesquisas sobre a sexualidade feminina, a partir das quais estabelece que o denominador comum entre a sexualidade da menina e do menino deve ser procurado aquém do complexo de castração, na afânise.

Na mulher, o temor da separação do objeto amado desencadearia o temor da afânise, o qual no curso da evolução da sexualidade encontrar-se-ia desde cedo com suas finalidades e atividades próprias.

Ora, esta tentativa de originalidade deixa ressoar o estrondo do equívoco logo em seu lastro, já que confunde de maneira primária as noções de falo e pênis. Uma tal apreciação sobre um conceito como este prejudica enormemente as bases da conceitualização feita por Freud, na qual estabelece rigorosamente com o falo, um termo que dá conta do operador universal que vem inscrever a diferença entre os sexos.

Leituras como essa foram bastante prolíferas no tempo incipiente das leituras da obra de Freud, o que provocará em Lacan uma obstinação incansável na recuperação do texto freudiano.

Lacan demarca precisamente que o sentido da referência ao falo é o de uma função, o que inviabiliza radicalmente sua aplicação como um sinônimo de pênis. Esta função é uma função medianeira entre a mãe e a criança.

Tratar falo como sinônimo de pênis é incorrer num equívoco grosseiro, que se desdobra num outro, qual seja, o tratamento da falta de objeto, a partir do qual não se efetiva uma distinção fundamental entre o que vem a ser privação e castração.

A preponderância da referência fálica encontra-se no que esta vem sustentar, ou seja, no caráter operatório da função paterna.

É bastante curioso que na obra de Freud o termo falo fica elidido, enquanto sua alusão se faz através da referência ao atributo fálico - organização fálica, estágio fálico, mãe fálica - conquanto esteja sempre situando um registro simbólico.

É num texto de 1923, intitulado "Organização Genital Infantil", que Freud irá definir que, para ambos os sexos, é o órgão masculino que servirá de registro na operação que inscreve a diferença entre os sexos, o que é determinante do primado do falo.

No entanto, essa afirmação, apesar de estar apoiada, de certo modo, numa realidade anatômica - o pênis -, deixa claro que a função que diz respeito ao falo não pode ser tomada a partir do fato de ter ou não o pênis.

Desta forma, a alusão à falta é feita pela via do que esta pode representar subjetivamente, promovendo o objeto fálico e inserindo-o num para além da realidade anatômica.

Desde o "Projeto Para Uma Psicologia Científica", em 1895, Freud estabelece uma complexa argumentação através da qual nos concede, pela via de uma linguagem neuronal, um esquema proponente de que as operações perceptivas constituem um terreno de registros imaginários, lugar do que é suposto faltar.

É a partir do registro do imaginário que podemos situar a problemática fálica, enquanto esta aí se apoia sustentada por uma dimensão simbólica fundada na metáfora paterna, a qual constitui o falo como significante primordial do desejo na triangulação edípica.

O complexo edípico por onde se opera a inscrição da metáfora paterna é um circuito em torno do qual se estabelece uma topologia do lugar do falo, enquanto referência para o desejo. Este circuito se compõe numa dialética onde entra em jogo o desejo da mãe, do pai e da criança, a partir de uma questão sobre o ser e o ter.

Portanto, é premente que o objeto fálico é, antes de mais nada, um objeto cuja natureza está em ser um termo significante.

Esta inscrição significante, tal como Lacan nos demonstra, tem seu advento no ponto onde se insere a metáfora paterna em seu curso operatório, estatuto de onde ouvimos o eco de Lacan em "As Formações do Inconsciente": "Não há questão de Édipo, se não há um pai; inversamente, falar de Édipo é introduzir, como algo essencial, a função do pai". Função para a qual Lacan nos adverte que é radicalmente distinta da presença real no complexo.

Aliás, do mesmo modo como no texto de Freud fica vulnerável a concepção sobre o falo, fica impreciso o que vem a ser, do ponto de vista de uma operação simbólica, o pai. O pai foi, na obra de Freud, uma questão que esteve colocada no cerne, do princípio ao fim. No entanto, os instrumentos

com os quais ele manejava esse termo impossibilitou que se estabelecesse uma articulação estruturada, capaz de demonstrar cientificamente sua eficácia simbólica. O pai no texto freudiano tem um estatuto de supremacia na organização da subjetividade, porém, situá-lo dentro do complexo no qual está inserido sem o recurso da linguagem com o qual Lacan contava para articulá-lo, só se fez às expensas de uma utilização impregnada de um tecido imaginário.

Foi por esse caminho que o complexo de Édipo teve seu tônus atacado por interpretações simplistas e reducionistas, as quais o reduziram a uma historieta incestuosa tomada pelos horrorizados com a psicanálise, como um moderno conto pornográfico.

E se de fora dos centros de Psicanálise o complexo de Édipo foi por muitos assim tomado, não fica muito distante o que dele foi feito nas instituições que compunham os reconhecidos estudos psicanalíticos. Toda a cautela empenhada em seu resguardo não livrou a Psicanálise deste mal-entendido, e o aprisionamento do precioso construto apontado por Freud no começo do século em sua "A Interpretação dos Sonhos" constitui-se numa armadilha a certas leituras, nas quais a realidade dos personagens parentais destitui o alcance de seu valor simbólico.

A leitura que denigre a descoberta de Freud é responsável por uma clínica estéril e imaginária, na qual interpretações artificiais e viciadas ganham o terreno, tornando-se fábulas mágicas de acesso ao inconsciente.

São preocupações como essas que tornam imprecisas as aplicações do complexo de Édipo e fazem com que Lacan tome para si uma releitura rigorosa do texto freudiano, a qual o deixa pegar na malha das antipatias dos "ortodoxos", depois da morte do pai da psicanálise.

Em relação ao lugar do Pai no complexo de Édipo ele dirá, ainda em "As Relações de Objeto e as Estruturas Freudianas", que: "... Falar de sua carência na família não é falar de sua carência no complexo. Porque para falar de sua carência no complexo, é preciso introduzir outra dimensão que não seja a dimensão realista."

A função paterna instaura uma topologia que funda uma dimensão simbólica, a qual produz uma operação metafórica. É neste ponto que Lacan afirma:

"O pai não é um objeto real, então o que é? (...) O pai é uma metáfora."

"O que é uma metáfora? (...) É um significante que vem no lugar de um outro significante. E aí está o alcance, o único alcance essencial do pai ao intervir no complexo de Édipo."

Para Lacan, o prenúncio do Édipo se põe ao nível de um limiar do processo de subjetivação que é contemporâneo do estágio do espelho. As operações que aí se efetivam têm como fundo uma relação de alienação específica com a mãe onde se monta um esboço de um modo particular de identificação: "Existe aí uma primeira captação pela imagem, onde se esboça o momento da dialética das identificações."

Isso pressupõe um princípio constitutivo da alienação imaginária, no qual o tempo lógico que circunscreve sua conclusão - a da fase do espelho - está submetido ao imperativo de ser desejo do desejo da mãe.

A criança encontra-se, portanto, na situação em que se faz objeto do que é suposto faltar à mãe, a saber, o falo.

Desta forma, fica estabelecido um marco para situar os primórdios da problemática fálica, num tempo que antecede ao registro da castração anunciada pela introdução do pai no complexo.

A inserção do pai prefigura-se numa lógica onde se articulam três operações distintas: a frustração, a privação e a castração.

Na frustração esta operação é relativa a uma reivindicação impossível de ser satisfeita. Portanto, a falta aí produz um dano imaginário e seu objeto é real. O pênis constitui um protótipo de tal objeto que, num sentido mais geral, caracteriza o que se passa com a criança diante da ausência de pênis na mãe.

Na privação é a falta que é real, a qual Lacan nomeia "um buraco no real". Seu objeto é da ordem do simbólico.

E por fim, a falta que incide na castração é uma falta simbólica, relativa a um objeto imaginário, evidentemente, o falo. Do ponto de vista da relação com a lei, a castração aponta para a interdição do incesto.

O confronto com essa lei revela que a mãe está sujeita a ela, para que possa responder às demandas da criança. Assim, por estar submetida à lei do desejo do outro, é que emerge a suposição de que o outro pode ter ou não ter tal objeto. A mãe passa então a ser dependente de um objeto que não é mais apenas o objeto de seu desejo, mas um objeto que outro é suposto ter ou não ter.

Descentra-se assim forma a identificação do sujeito ao falo, articulando-o ao mesmo tempo à primeira aparição da lei:

"Na ligação estreita desse remeter da mãe a uma lei que não é a sua, com o fato de que o objeto do seu desejo é possuído "soberanamente" por esse mesmo "outro" à lei do qual ele remete, temos a chave da relação do Édipo e do que constitui o caráter tão essencial, tão decisivo, desta relação com a mãe, tal como lhes peço para isolar como relação não ao pai, mas à palavra do pai."

Aceder à simbolização da lei no confronto com a castração é uma operação calcada na dialética do ter, o que vai demarcando nos tempos do Édipo um segundo tempo que é ulterior à dialética do ser. Ser o falo ou ter o falo é a questão que se erige e se articula no circuito do Édipo, desdobrando-se num tempo terceiro no qual se inscreve a simbolização da lei, auspício da falta, que revela que tal objeto ninguém o tem.

A função paterna interdita à criança a condição de falo da mãe, à medida que se torna significativa, conquanto faça-se metáfora do desejo materno, tornando-se suposto detentor deste objeto.

Essa proposição que Lacan sustenta sobre o circuito do falo no complexo de Édipo é, contudo, demarcada por ele no terreno da linguagem, pronunciando que a inscrição da lei se refere à lei do encadeamento significante, o qual tem seu marco neste ponto mítico onde se faz metáfora paterna. Ou seja, quando o significante do falo  $S_1$  inaugura a engrenagem significante regida por uma estrutura, forjada entre  $S_1 \cap S_2$ , pela lei que edifica a metáfora do Nome-do-Pai, metáfora do desejo da mãe.